

Companhia Energética Potiguar

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2018 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia Energética Potiguar

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética Potiguar ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", se houver, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética Potiguar em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme previsto no pronunciamento técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia deve avaliar ao fim de cada período de relatório se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver, a Companhia deve estimar o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui ativos registrados no imobilizado no montante de R\$12.116 mil (R\$11.223 mil em 2017), com possível indicação de desvalorização. Até a data de conclusão de nossos trabalhos, a Administração não concluiu as análises necessárias para estimar o valor recuperável desses ativos. Consequentemente, não foi possível concluirmos, por meio de procedimentos alternativos de auditoria, sobre os possíveis efeitos, se houver, nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita

A receita líquida da Companhia consiste em um componente relevante das demonstrações financeiras. Conforme descrito na nota explicativa nº 19 às demonstrações financeiras, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Companhia contabilizou receita de venda de energia no valor de R\$91.706 mil.

A contabilização da receita envolve processos efetuados pela Administração da Companhia que suportam o seu reconhecimento e que devem endereçar, entre outros, os seguintes riscos: (a) que a receita seja contabilizada após o atendimento dos critérios mínimos necessários para o seu reconhecimento no curso normal dos negócios da Companhia; e (b) que os valores da receita fixa e da receita variável sejam apurados de acordo com os termos e as condições estabelecidos em contrato. Devido a esses aspectos, consideramos o reconhecimento da receita como o principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Entre outros, os nossos procedimentos de auditoria consistiram em: (a) obtenção do entendimento do fluxo de reconhecimento das receitas considerando a sua natureza e os aspectos definidos em contrato; (b) avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes determinados pela Administração para o reconhecimento das receitas; (c) seleção de transações de vendas ao longo do exercício e confronto com os respectivos documentos-suporte aplicáveis às circunstâncias, objetivando verificar a validade das receitas contabilizadas, a sua relação com o curso normal dos negócios da Companhia e a contabilização no período de competência; e (d) análise das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências satisfatórias de auditoria obtidas, consideramos que os processos e julgamentos efetuados pela Administração da Companhia para suportar o reconhecimento da receita, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 15 de março de 2019


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" BA


Alex Andrade Vaz da Silva
Contador
CRC nº 1 BA 016479/O-1 "T" SP

COMPANHIA ENERGÉTICA POTIGUAR

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	2018	2017	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2018	2017
CIRCULANTES				CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.573	103	Fornecedores	13	17.477	3.084
Contas a receber	5	24.774	12.322	Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	25.563	27.981
Impostos a recuperar	7	1.275	1.100	Obrigações sociais e trabalhistas		742	1.158
Estoques	9	20.953	14.863	Obrigações tributárias	15	2.091	3.352
Outras contas a receber		2.581	5.443	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	18	9.984	509
Total dos ativos circulantes		53.156	33.831	Outras contas a pagar	16	4.578	8.822
				Total dos passivos circulantes		60.435	44.906
NÃO CIRCULANTES				NÃO CIRCULANTES			
Depósitos bancários vinculados	6	6.406	6.411	Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	24.225	41.988
Contas a receber	5	-	1.911	Partes relacionadas	10	26.734	24.425
Impostos a recuperar	7	1.122	-	Obrigações tributárias	15	-	1.580
Impostos diferidos	8	2.076	494	Provisão para risco trabalhista	17	405	-
Depósitos judiciais	17	3.823	-	Adiantamento para futuro aumento de capital	10	-	18.494
Partes relacionadas	10	47.512	57.158	Outras contas a pagar	16	16.413	18.471
Outras contas a receber		-	4	Total dos passivos não circulantes		67.777	104.958
Imobilizado	11	104.554	109.010	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Intangível		7.055	7.055	Capital social	18	47.102	30.004
Diferido	12	1.544	1.852	Reservas de lucros		51.934	37.858
Total dos ativos não circulantes		174.092	183.895	Total do patrimônio líquido		99.036	67.862
TOTAL DOS ATIVOS		227.248	217.726	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		227.248	217.726

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA POTIGUAR

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por ação - em reais)

	Nota explicativa	2018	2017
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	19	82.331	80.561
CUSTOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO	20	(48.991)	(48.662)
LUCRO BRUTO		33.340	31.899
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	20	(5.191)	(20.142)
Honorários dos Administradores	20	(1.199)	(2.110)
Outras receitas operacionais, líquidas	20	13	23
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		26.963	9.670
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	21	6.083	15.152
Despesas financeiras	21	(7.709)	(20.263)
Total		(1.626)	(5.111)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		25.337	4.559
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	22	(4.677)	(1.342)
Diferidos	22	1.582	121
Incentivo fiscal	22	6.723	786
Total		3.628	(435)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		28.965	4.124
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$		0,771	0,110

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA POTIGUAR

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	28.965	4.124
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>28.965</u>	<u>4.124</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA POTIGUAR

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros					Lucros acumulados	Total	
			Reserva legal	Incentivo fiscal	Dividendos mínimos obrigatórios	Reserva dos lucros retidos				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016										
Lucro líquido do exercício										
	1	-	-	-	-	-	-	4.124	4.124	133.750
Acervo líquido da CEPP incorporada										
	18	4	1	(1)	-	(19.290)	-	-	(19.286)	(6.777)
Transação com acionistas										
		-	-	-	-	(6.777)	-	-	-	-
Destinação do lucro:										
	18	18.905	-	(18.905)	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital										
	18	-	-	786	-	3.131	-	(3.917)	-	-
Complemento de reservas de legal										
		-	207	-	-	-	-	(207)	-	-
Complemento de reservas de incentivo fiscal										
	18	-	-	-	(2.727)	(36.656)	-	-	-	(39.383)
Dividendos mínimos obrigatórios e adicionais a pagar (R\$33,52 por lote de mil ações)										
	18	-	-	-	-	(4.566)	-	-	-	(4.566)
Dividendos mínimos obrigatórios e adicionais a pagar (R\$0,15 por lote de mil ações)										
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017										
		30.004	2.427	22.613	-	12.818	-	-	-	67.862
Lucro líquido do exercício										
		-	-	-	-	-	-	28.965	28.965	-
Reclassificação de reservas										
	18	18.494	-	12.130	-	(12.130)	-	-	-	18.494
Aumento de capital										
	18	(1.396)	-	-	-	-	-	-	-	(1.396)
Resgate de ações										
Destinação do lucro:										
	18	-	-	6.723	-	6.859	-	(13.582)	-	-
Complemento de reservas de incentivo fiscal										
		-	1.112	-	-	-	-	(1.112)	-	-
Complemento de reservas de legal										
		-	-	-	-	(618)	-	-	-	(618)
Dividendos mínimos obrigatórios e adicionais a pagar (R\$0,02 por lote de mil ações)										
		-	-	-	-	-	-	(8.650)	-	(8.650)
Dividendos mínimos obrigatórios e adicionais a pagar (R\$0,23 por lote de mil ações)										
	18	-	-	-	-	-	-	(5.621)	-	(5.621)
Juros sobre capital próprio (R\$ 0,15 por lote de mil ações)										
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018										
		47.102	3.539	41.466	-	6.929	-	-	-	99.036

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA POTIGUAR

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2018	2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		28.965	4.124
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	20	4.827	4.808
Valor residual na baixa de ativo imobilizado	11	44	73
Encargos financeiros de empréstimos e financiamentos, líquidos do bônus de adimplência	14 e 21	5.595	8.865
Amortização do custo de captação sobre empréstimos e financiamentos	14 e 21	734	512
Encargos líquido sobre mútuos	10	(3.228)	(7.577)
Provisão para risco trabalhista		405	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	(1.582)	(121)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber		(10.541)	4.218
Estoques		(6.090)	412
Impostos a recuperar		(1.297)	5.423
Outras contas a receber		2.866	5.403
Depósitos judiciais		(3.823)	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		14.393	(12.102)
Obrigações tributárias		(2.841)	(7.705)
Impostos de renda e contribuição social pagos		-	(237)
Obrigações sociais e trabalhistas		(416)	(72)
Dividendos a pagar		(843)	(954)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	14	(5.945)	(6.170)
Outras contas a pagar		(6.302)	9.219
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>14.921</u>	<u>8.119</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado	11	(107)	(645)
Resgate de ações	18	(1.396)	-
Depósitos bancários vinculados		5	159
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(1.498)</u>	<u>(486)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	14	16.000	40.000
Custo de captação adicionado	14	(183)	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos	14	(36.382)	(31.619)
Dividendos pagos	18	(4.571)	(50.726)
Pagamento de empréstimo de partes relacionadas		15.183	31.954
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(9.953)</u>	<u>(10.391)</u>
Caixa líquido incorporado	1	-	6
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>3.470</u>	<u>(2.752)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	103	2.855
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	3.573	103
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>3.470</u>	<u>(2.752)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA POTIGUAR

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética Potiguar ("Companhia" ou "CEP") é uma sociedade por ações de capital fechado, CNPJ 09.439.128/0001-20, controlada pela Global Participações e Energia S.A., constituída em 19 de dezembro de 2007, com sede em Macaíba, Estado do Rio Grande do Norte, com o objeto social gerar e comercializar energia elétrica em todo o território nacional, bem como exercer outras atividades que possam ser vinculadas ao seu propósito específico.

A Companhia é resultado da cisão parcial da TEP - Termoelétrica Potiguar S.A. e detém autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, mediante a Resolução nº 346, de 25 de junho de 2002, e a Portaria MME nº 65, de 18 de abril de 2007, para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia - PIE, implantar e explorar as Unidades Termoelétricas - UTEs denominadas Potiguar (53,12 MW) e Potiguar III (66,4 MW), respectivamente, decorrente do segundo leilão de energia nova, realizado pela ANEEL, para geração a partir de janeiro de 2009.

As UTEs Potiguar e Potiguar III entraram em operação comercial em março de 2009.

Em virtude do baixo nível dos reservatórios das principais usinas hidrelétricas, bem como limitações na infraestrutura do sistema de transmissão de energia elétrica, as usinas de geração flexível foram despachadas ao longo dos anos de 2017 e 2018. Com isso, a Companhia obteve no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, receita de geração variável de R\$33.673 (R\$33.869 em 2017), além da receita fixa pela disponibilidade das usinas no valor de R\$58.033 (R\$56.233 em 2017).

Nos exercícios de 2017 e 2018, a geração foi dispersa ao longo do ano, ocorrendo de forma intermitente em intervalos não regulares.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresenta capital circulante negativo R\$7.279 (R\$11.075 em 2017). A administração prevê que a geração de caixa assegurada pelos contratos de energia vigentes é suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo.

Incorporação da CEP Participações S.A.

Em 28 de abril de 2017, foi aprovada a incorporação da CEP Participações S.A. (CEPP) pela Companhia, na data base de 30 de abril de 2017. Considerando que a CEPP detinha 20% do capital social da CEP, a incorporação foi realizada com aumento do capital social da Companhia. A incorporação foi uma reorganização societária em que houve alteração acionária com a absorção dos sócios da incorporada pela incorporadora, mantendo-se a mesma estrutura de controle da Companhia sucessora. Desde sua criação, já havia a intenção de unificação das duas Companhias, já que a criação da CEPP se deu apenas para viabilizar a captação de recursos.

A reorganização societária do empreendimento, com a incorporação da CEPP pela CEP, só se tornou viável a partir da formalização da anuência de seu agente financeiro, Banco do Nordeste (BNB), sendo uma condição contratual do financiamento dos empreendimentos, que considerou assegurado "equity" originalmente requerido, entre outras condicionantes.

A incorporação da CEPP pela CEP tem por objetivo a simplificação da estrutura societária da qual ambas sociedades fazem parte, a racionalização da gestão administrativa e operacional do negócio e a economia de custos operacionais, sendo de todo benéfica aos interesses sociais.

O acervo líquido incorporado está apresentado abaixo:

ATIVOS

CIRCULANTES

Caixa e equivalentes	6
Outras contas a receber	39
Total dos ativos circulantes	<u>45</u>

NÃO CIRCULANTES

Outras contas a receber	6.777
Intangível (*)	7.055
Total dos não ativos circulantes	<u>13.832</u>

Total dos ativos	<u>13.877</u>
------------------	---------------

PASSIVOS

PASSIVOS NÃO CIRCULANTES

Partes relacionadas	23.484
Outras contas a pagar	9.679
Total dos passivos não circulantes	<u>33.163</u>

Acervo líquido incorporado	<u>(19.286)</u>
----------------------------	-----------------

(*) Ágio pago pela CEP Participações S.A. na compra de 20% do capital da Companhia Energética Potiguar pertencente à Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras").

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Autorização da conclusão das demonstrações financeiras

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras em 15 de março de 2019, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até essa data que pudessem ter efeito sobre as demonstrações financeiras.

Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, bem como de outra forma mencionado.

Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais das estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Por esta razão, as estimativas e premissas são revistas periodicamente. A determinação destas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Itens significativos que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste relevante caso estas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro, incluem a avaliação da vida útil do ativo imobilizado, a recuperação do valor dos ativos, incluindo os ativos imobilizado, diferido e tributos diferidos, e as provisões necessárias para riscos, para créditos de liquidação duvidosa e outras similares. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis estão descritas a seguir e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados.

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando forem parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

A Companhia não possui ativos financeiros classificados como ativos financeiros disponíveis para venda ou mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Deterioração de ativos financeiros

Todas as aquisições de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As aquisições correspondem a compras de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais.

- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros.
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia não possui passivos financeiros classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes a caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com investimento em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela venda de energia no curso normal de suas atividades, e inicialmente são reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado. A provisão para perdas é reconhecida desde o faturamento, com base nas performances históricas de recebimento registrado e mantido no balanço pelo valor nominal dos títulos, não sendo ajustado a valor presente por apresentar, preponderantemente, vencimento de curto prazo e por não resultar em efeito relevante nas demonstrações financeiras.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização do contas a receber.

Depósitos bancários vinculados

Referem-se a depósitos em garantia, em conexão com os empréstimos e financiamentos da Companhia. São classificados no ativo não circulante e mantidos até o vencimento, e mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

Estoques

Estão avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o seu valor de mercado. São apropriados ao resultado do exercício como custo dos serviços prestados por ocasião do consumo ou da obsolescência. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição, construção ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada, e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumulada. A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em conta a vida útil dos bens, conforme definida no MCPSE anexo à Resolução ANEEL nº 474/12, desde que limitada ao prazo de concessão/contrato. A vida útil-econômica dos ativos e/ou os métodos de depreciação são revistos anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Diferido

Composto por gastos administrativos pré-operacionais para viabilização do empreendimento. Conforme facultado pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, a Companhia optou pela manutenção dos saldos do ativo diferido até sua completa amortização, os quais são amortizados pelo método linear de acordo com o critério mencionado na nota explicativa nº 12.

Intangível

Demonstrado ao custo de aquisição e trata-se de ativo intangível que não possui vida útil definida, representado por ágio por rentabilidade futura, o qual não sofre amortização e é testado no mínimo anualmente por redução ao valor recuperável.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, deduzidos dos custos de transação incorridos na captação dos recursos e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos previstos em contrato.

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures compreendem juros e outros encargos incorridos. Quando diretamente relacionados à aquisição, construção ou formação de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados como despesa no exercício em que são incorridos.

Demais ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses; caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

As despesas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferidos.

As alíquotas aplicáveis são de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240 para IRPJ, e 9% sobre o lucro tributável para CSLL sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A Companhia goza de benefício fiscal para investimento na Região Nordeste (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE) para geração de energia, correspondente à redução de 75% do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração, com vigência para o período de 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2025. O valor do incentivo é registrado como receita no resultado, durante o período necessário para confrontar com a despesa que o benefício fiscal pretende compensar e, posteriormente, é destinado à reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido.

A Companhia faz uso do Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC com base na Lei de Incentivo Fiscal nº 8.313/91, destinando até 4% do imposto devido para esse fim; realizou, também, doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, destinando até 1% do imposto devido, além de apoio direto a projetos desportivos e para desportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte (Decreto nº 6.180/07, artigo 1º), destinando também até 1% do imposto devido para esse fim.

O tributo diferido é reconhecido com relação a prejuízos fiscais não utilizados e às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O recolhimento dos saldos ativos ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitem a sua utilização. Periodicamente, os valores contabilizados são revisados, e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária.

Provisões

São reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, sendo provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação puder ser feita.

No processo de aplicação das políticas contábeis, a Administração fez os julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

A Companhia está sujeita a reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advém do curso normal das atividades do negócio. Existem também incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Conforme a legislação vigente, as operações da Companhia estão sujeitas a revisão pelas autoridades fiscais por prazos que variam em virtude da natureza dos tributos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Reconhecimento da receita

No exercício corrente, a Companhia adotou o CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes (conforme alterada em abril de 2016) em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. O CPC 47 introduziu uma abordagem de reconhecimento de receitas composta por cinco passos. Orientações muito mais rígidas foram acrescentadas para abordar cenários específicos.

A adoção do CPC 47 não teve um efeito relevante sobre a posição financeira e/ou desempenho financeiro da Companhia.

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando puder ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avaliou as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se estava atuando como agente ou principal e concluiu que estava atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Receitas e despesas financeiras

A receita/despesa de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo/passivo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo/passivo.

Receitas e despesas financeiras representam juros e variações monetárias ativas e passivas decorrentes de empréstimos e financiamentos, aplicações financeiras, clientes, partes relacionadas e descontos obtidos de fornecedores, os quais são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

Lucro básico e diluído por ação

Está calculado com base na quantidade média das ações disponíveis na data do balanço. No caso da Companhia, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação, pois esta não possui ações ordinárias ou preferenciais potenciais diluidoras.

Adoção de pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos novos e/ou revisados

No exercício corrente a Companhia aplicou emendas e novas interpretações às IFRSs e aos CPCs emitidas pelo IASB e pelo CPC, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1 de janeiro de 2018, conforme descrito a seguir:

CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes

A Companhia adotou, a partir de 1º de janeiro de 2018 o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com efeito de adoção inicial da norma reconhecida na data da aplicação inicial. Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada e, desta forma, foi apresentada conforme reportado anteriormente de acordo com o CPC 30, CPC 17 e interpretações relacionadas.

Como resultado da implementação do CPC 47, a Companhia reavaliou suas práticas contábeis relacionadas à identificação das obrigações de desempenho e concluiu que o CPC 47 não trouxe impactos significativos, na qual as receitas de vendas são mensuradas com base no valor justo da contraprestação recebida/a receber, excluindo descontos, abatimentos e impostos sobre vendas.

As receitas de vendas são reconhecidas quando for satisfeita a obrigação de desempenho, ou seja, quando houver a transferência física do produto prometido e o cliente obtiver o controle desse produto.

Portanto a Administração da Companhia não identificou impactos significativos em relação aos padrões atuais de receita (CPC 30) em relação ao reconhecimento das receitas de vendas de produtos.

CPC 48 - Instrumentos Financeiros

O CPC 48 traz novas abordagens sobre a classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, um novo modelo de redução ao valor recuperável e novas regras para contabilização de "hedge accounting".

A nova norma alterou as categorias de classificação dos ativos financeiros, eliminando as categorias de mantido até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponível para venda. Com isso, os ativos financeiros passaram a ser classificados em uma das seguintes categorias: ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado abrangente e ao valor justo por meio do resultado.

Em relação aos passivos financeiros, os requisitos de classificação e mensuração foram praticamente inalterados em relação à norma anterior (CPC 39).

A Companhia aplicou os conceitos estabelecidos no CPC 48; não foram identificados impactos significativos em relação aos atuais padrões abordados segundo o CPC 48.

As alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e serão obrigatórias para períodos contábeis subsequentes, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2019.

Norma	CPC 06 (R2) - Arrendamento mercantil
Vigência	1º de janeiro de 2019
Principais pontos introduzidos pela norma	Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente.
Impactos da adoção	A Administração avaliou os princípios e alterações introduzidas pela nova norma e concluiu que sua adoção não trará efeitos relevantes para a Companhia.

A adoção dessas Normas e Interpretações não teve qualquer impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados nestas demonstrações financeiras.

Não há outras normas e interpretações que não estão em vigor e que a Companhia espere ter um efeito significativo decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa e bancos	1	89
Aplicações financeiras de alta liquidez	<u>3.572</u>	<u>14</u>
Total	<u>3.573</u>	<u>103</u>

As aplicações financeiras correspondem a operações com vencimento inferior a 90 dias da data da aplicação realizada com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração equivalente a 98% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (98%, em 2017).

5. CONTAS A RECEBER

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Valores a vencer	3.374	6.850
Valores a faturar	<u>21.400</u>	<u>7.383</u>
Total	<u>24.774</u>	<u>14.233</u>
Circulante	24.774	12.322
Não circulante	-	<u>1.911</u>
Total	<u>24.774</u>	<u>14.233</u>

Valores a receber correspondentes ao fornecimento de energia elétrica, conforme Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, com prazo de vencimento inferior a 60 dias, e à venda de energia no mercado de curto prazo, na modalidade "spot".

O valor contabilizado no ativo não circulante refere-se a venda de energia no mercado de curto prazo com perspectiva de recebimento acima de doze meses.

A Companhia, consubstanciada na análise do seu contas a receber, não tem expectativa de perdas relevantes na realização deste, e não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Em outubro de 2018, a Companhia firmou com o ONS um contrato para prestação de serviços ancilares (CPSA), para despacho complementar para manutenção da reserva de potência operativa (RPO).

Em razão de uma situação transitória de mercado, decorrente da judicialização de operações do Setor Elétrico no MCP, a Companhia pode aproveitar da oportunidade disponível buscando agentes do mercado que assumam estes créditos oriundos das operações de CPSA, viabilizando a realização financeira tempestiva de parte (ou mesmo total) do faturamento, em troca do pagamento de um percentual de deságio. Sobre o volume a receita da operação de CPSA sob intermediação desses agentes de mercado é feita uma redução de receita com base na expectativa de prêmio a pagar.

Em função a esta nova modalidade todas as receitas passaram a ser de curto prazo.

6. DEPÓSITOS BANCÁRIOS VINCULADOS

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Banco do Nordeste do Brasil - BNB	<u>6.406</u>	<u>6.411</u>

A Companhia possui aplicações financeiras em conexão com contratos de financiamento de longo prazo em instituição financeira credora, para garantia de pagamento do serviço da dívida (juros e amortizações), que deverão ser mantidas até o seu vencimento, previsto para dezembro de 2023. Atualmente a remuneração é equivalente a 92,5% do CDI (98% do CDI, em 2017).

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
IRPJ	401	833
IRRF	1.309	-
CSLL	-	8
PIS sobre faturamento	8	36
COFINS sobre faturamento	32	162
Outros	647	61
Total	<u>2.397</u>	<u>1.100</u>
Circulante	1.275	1.100
Não circulante	<u>1.122</u>	-
Total	<u>2.397</u>	<u>1.100</u>

8. IMPOSTOS DIFERIDOS

A Companhia reconheceu os efeitos tributários de IRPJ e CSLL sobre os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias existentes em seus registros fiscais, conforme demonstrado a seguir:

	<u>Alíquota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Prejuízos fiscais acumulados		6.937	2.787
Bases negativas acumuladas		8.530	3.425
Diferenças temporárias:			
Custo de captação de empréstimos e financiamentos		(1.476)	(1.784)
Despesas pré-operacionais		234	281
Total de prejuízos fiscais e diferenças temporárias		5.695	1.284
Total de bases negativas e diferenças temporárias		7.288	1.922
Imposto de renda	25%	1.423	321
Contribuição social	9%	653	173
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos		<u>2.076</u>	<u>494</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	Impostos diferidos (ativo)	2.581	1.101
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	Impostos diferidos (passivo)	<u>(505)</u>	<u>(607)</u>
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos		<u>2.076</u>	<u>494</u>
Efeito no resultado		<u>1.582</u>	<u>786</u>

A expectativa da realização dos impostos diferidos, conforme o plano de negócios aprovado Administração da Companhia, está apresentado a seguir:

	2018			
	Diferido	Custo de captação	Prejuízo fiscal e base negativa	Total
2018	-	-	-	-
2019	16	(100)	2.501	2.417
2020	16	(100)	-	(84)
2021	16	(100)	-	(84)
2022	16	(100)	-	(84)
2023 em diante	16	(105)	-	(89)
Total	80	(505)	2.501	2.076

9. ESTOQUES

	2018	2017
Combustível (a)	9.357	3.363
Almoxarifado de peças para manutenção	11.580	11.487
Outros estoques	16	13
Total	<u>20.953</u>	<u>14.863</u>
Circulante	20.953	14.863
Não circulante	-	-
Total	<u>20.953</u>	<u>14.863</u>

(a) A variação do saldo de combustível está atrelada ao aumento da receita variável no último trimestre de 2018.

10. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Ref.	Encargos incidentes	2018			2017		
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
<u>Contrato de mútuo</u>								
<u>TEP - Termoeletrica</u>								
Potiguar S.A.	(a)	CDI + 3,6%	47.512	-	5.576	57.158	-	7.577
Jones Aranha de Sá	(b)		-	13.367	(1.174)	-	12.212	903
Djalma Nunes			-	13.367	(1.174)	-	12.213	903
Fernandes	(b)		-	13.367	(1.174)	-	12.213	903
Total			<u>47.512</u>	<u>26.734</u>	<u>3.228</u>	<u>57.158</u>	<u>24.425</u>	<u>9.383</u>
<u>Adiantamento para futuro aumento de capital</u>								
<u>Global Participações em</u>								
Energia S.A.	(c)	Sem encargos	-	-	-	-	16.433	-
Jones Aranha de Sá	(c)	Sem encargos	-	-	-	-	91	-
Fernando W.			-	-	-	-	1.708	-
Magalhaes Filho	(c)	Sem encargos	-	-	-	-	1.708	-
Djalma Nunes			-	-	-	-	262	-
Fernandes	(c)	Sem encargos	-	-	-	-	262	-
Total			<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>18.494</u>	<u>-</u>
<u>Circulante</u>								
Não circulante			<u>47.512</u>	<u>26.734</u>	<u>-</u>	<u>57.158</u>	<u>42.919</u>	<u>-</u>
Total			<u>47.512</u>	<u>26.734</u>	<u>-</u>	<u>57.158</u>	<u>42.919</u>	<u>-</u>
<u>Outras contas a pagar</u>								
Areia Energia S.A.	(d)	Sem encargos	-	1.075	-	-	1.294	-
Água Limpa Energia S.A.	(d)	Sem encargos	-	1.282	-	-	1.542	-
Global Participações em Energia S.A.	(d)	Sem encargos	-	3.509	-	-	5.370	-
TEP - Termoeletrica Potiguar S.A.	(d)	Sem encargos	-	2.234	-	-	2.688	-
Total			<u>-</u>	<u>8.100</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>10.894</u>	<u>-</u>
<u>Fornecimento de serviços</u>								
Global Engenharia Ltda.	(e)	Sem encargos	-	1.193	(9.725)	-	744	(9.254)
Total			<u>-</u>	<u>1.193</u>	<u>(9.725)</u>	<u>-</u>	<u>744</u>	<u>(9.254)</u>

(a) Os valores registrados como mútuo com a Termoeletrica Potiguar S.A. - TEP são remunerados com base na variação mensal do CDI, acrescida de juros de 3,6% ao ano.

(b) Saldo a pagar aos acionistas Djalma Fernandes e Jones Sá, com vencimento em setembro de 2020.

- (c) Refere-se a instrumento particular de adiantamento para futuro aumento de capital assinado entre as partes em 11 de julho de 2017 e em 25 de outubro de 2017, os quais foram capitalizados em 2018. Vide nota explicativa nº 18.
- (d) Refere-se a compra de prejuízo fiscal e base negativa das empresas do mesmo grupo econômico para adesão ao parcelamento PERT, através da opção IV, parcelando a entrada de 24% em 24 parcelas e quitando os 76% com prejuízo e base negativa sem redução de juros e multa.
- (e) Refere-se a contrato de Operação e Manutenção - O&M da usina.

As transações entre partes relacionadas são efetuadas de acordo com as condições pactuadas entre as partes. A Companhia não possui garantias prestadas a partes relacionadas ou terceiros.

Remuneração de empregados e dirigentes

Os honorários da Administração, diretoria e conselho, são fixados em Assembleia Geral de Acionistas. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram pagos R\$1.199 (2017, R\$2.110) referentes à remuneração de benefícios de curto prazo à Administração e aos empregados da Companhia. A Companhia não remunera o pessoal-chave da Administração com benefícios de longo prazo ou opções de ações.

11. IMOBILIZADO

Taxa de depreciação anual	Edificações, obras civis e benfeitorias	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Computadores e periféricos	Imobilizado em curso	Veículos	Total
(*)	(*)	10%	(*)	20%	-	20%	
<u>Custo corrigido</u>							
Saldo em 31 de dezembro de 2016	28.236	364	98.127	532	12.602	33	139.894
Adições	-	5	450	75	115	-	645
Baixa	(1)	-	-	-	(72)	-	(73)
Transferências	167	26	207	231	(631)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	28.402	395	98.784	838	12.014	33	140.466
Adições	-	-	84	23	-	-	107
Baixa	-	(20)	(116)	-	-	-	(136)
Transferências	19	15	(6)	-	(28)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	28.421	390	98.746	861	11.986	33	140.437
<u>Depreciação acumulada</u>							
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(10.100)	(38)	(16.633)	(171)	-	(16)	(26.958)
Adições	(953)	(19)	(3.422)	(99)	-	(5)	(4.498)
Baixa	-	(135)	-	(90)	225	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(11.053)	(192)	(20.055)	(360)	225	(21)	(31.456)
Adições	(946)	(20)	(3.430)	(118)	-	(5)	(4.519)
Baixa	-	49	43	-	-	-	92
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(11.999)	(163)	(23.442)	(478)	225	(26)	(35.883)
Saldo líquido 31 de dezembro de 2018	16.422	227	75.304	383	12.211	7	104.554
Saldo líquido 31 de dezembro de 2017	17.349	203	78.729	478	12.239	12	109.010

(*) A Companhia adota as taxas médias anuais de depreciação fixadas pela ANEEL para os ativos de geração de energia elétrica, de acordo com Resolução Normativa nº 474/12, por entender que elas refletem adequadamente a vida útil econômica dos seus ativos.

Perdas por redução ao valor recuperável ("impairment")

A Companhia, com base em suas análises dos fluxos de caixa descontados preparados de acordo com a projeção orçamentária aprovada pela Administração, não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos em 31 de dezembro de 2018. A Administração entende que o ativo imobilizado é plenamente recuperável por meio do fluxo de caixa das operações futuras.

A Companhia possui em 31 de dezembro de 2018 um saldo de imobilizado em andamento no montante de R\$12.209 (R\$12.237 em 2017), referente a projetos que otimizam e viabilizam o bom funcionamento da Companhia, além de motogeradores que fazem parte do processo judicial contra a Caterpillar, conforme nota explicativa nº 17.

Bens dados em garantia

A Companhia possui benfeitorias, máquinas e equipamentos dados em garantia de empréstimos e financiamentos, os quais totalizam R\$103.937 em 31 de dezembro de 2018 (R\$108.317 em 2017), líquidos de depreciação.

12. DIFERIDO

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Despesas pré-operacionais	4.687	4.687
Amortização acumulada	<u>(3.143)</u>	<u>(2.835)</u>
Total	<u>1.544</u>	<u>1.852</u>

Refere-se a gastos administrativos pré-operacionais, incorridos na fase de implantação da Companhia para viabilização do empreendimento, os quais foram capitalizados até o exercício de 2008 e estão sendo amortizados desde 2009, à taxa de 6,67% ao ano, de acordo com o período de vigência dos contratos de venda de energia, que é de 15 anos. Conforme facultado pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, a Companhia optou pela manutenção dos saldos do ativo diferido até sua completa amortização.

13. FORNECEDORES

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
CGTI Centro de Gestão e Tecnologia	90	159
Fator Seguradora S.A.	-	60
Venable LLP	-	14
Petrobrás Distribuidora S.A.	14.350	1.078
Instituto Avançado de Tecnologia	190	413
Cummins Vendas e Serviços	180	-
Companhia Energética do Rio Grande do Norte	589	-
Sotreq S.A.	174	-
Global Engenharia Ltda.	1.193	744
Outros fornecedores	<u>1.116</u>	<u>616</u>
Total	<u>17.882</u>	<u>3.084</u>

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	Vencimento principal	Taxa efetiva	Encargos	Circulante	Não circulante	2018	2017
Banco do Nordeste - FNE (a)	Dez./23	10% a.a. com bônus	150	5.908	25.386	31.444	37.183
(-) Custos de transação			-	(321)	(1.161)	(1.482)	(1.781)
Subtotal			150	5.587	24.225	29.962	35.402
Banco BBM (b)	Mar./19	CDI + 2,45% a.a.	18	5.047	-	5.065	35.058
(-) Custos de transação			-	(21)	-	(21)	(491)
Subtotal			18	5.026	-	5.044	34.567
Banco BBM - Debêntures (c)	Set./19	CDI + 2,60% a.a.	20	14.980	-	15.000	-
(-) Custos de transação			-	(218)	-	(218)	-
Subtotal			20	14.762	-	14.782	-
Total			188	25.375	24.225	49.788	69.969
Circulante			188	25.375	-	25.563	27.981
Não circulante			-	-	24.225	24.225	41.988
Total			188	25.375	24.225	49.788	69.969

- (a) O contrato assinado em 19 de fevereiro de 2009, no montante de R\$76.170, tem incidência de juros de 10% ao ano e bônus de adimplência de 25%. As amortizações, mensais e sucessivas, iniciaram-se em 13 de março de 2010 e finalizar-se-ão em 13 de dezembro de 2023.
- (b) Duas Cédulas de Crédito Bancário assinadas em 25 de agosto de 2018 com data de vencimento em 12 de março de 2019 nos montantes de R\$7 e R\$4 milhões, tem incidência de encargos financeiros equivalentes a 100% da variação do CDI, acrescidos de juros de 2,65% ao ano. As amortizações são mensais e sucessivas e foi emitido pelo Banco BBM. Em 4 de setembro de 2018, foram aditadas e tiveram seu spread reduzido para 2,45% ao ano.
- (c) Contrato da 1ª emissão da 1ª série de debêntures assinado em 15 de dezembro de 2016, com liberações de R\$40.000 em 20 de janeiro de 2017, sob regime de garantia firme e R\$15.000 sob o regime de melhores esforços de colocação, com incidência de encargos financeiros equivalentes a 100% da variação do CDI, acrescidos de juros de 4,65% ao ano. As amortizações são mensais e sucessivas a partir de 22 de outubro de 2017, finalizando-se em 22 de setembro de 2019. Foi realizado o 1º aditamento em 22 de junho de 2017, reduzindo o valor da emissão para R\$40.000 sob regime de garantia firme. Mantendo-se as demais condições. Em 18 de julho de 2018, realizou-se o 2º aditamento em que foi reduzido o spread para 2,60% ao ano.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está assim demonstrada:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	21.851	36.530	58.381
Juros e variações monetárias provisionadas	8.865	-	8.865
Juros pagos, líquidos de bônus de adimplência	(6.170)	-	(6.170)
Amortização dos custos de captação	512	-	512
Transferências	9.522	(9.522)	-
Captação de financiamentos	25.020	14.980	40.000
Pagamentos	(31.619)	-	(31.619)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	27.981	41.988	69.969
Juros e variações monetárias provisionadas	5.595	-	5.595
Juros pagos, líquidos de bônus de adimplência	(5.945)	-	(5.945)
Custos de captação adicionados	(183)	-	(183)
Amortização dos custos de captação	734	-	734
Transferências	17.763	(17.763)	-
Captação de financiamentos	16.000	-	16.000
Pagamentos	(36.382)	-	(36.382)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	25.563	24.225	49.788

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
2019	-	5.711
2020	5.813	5.711
2021	6.022	5.711
2022	6.237	5.711
2023 em diante	<u>6.153</u>	<u>19.144</u>
Total	<u>24.225</u>	<u>41.988</u>

Garantias e cláusulas contratuais restritivas - "covenants"

Os contratos de financiamento e debêntures firmados pela Companhia estão garantidos por: (a) penhor dos direitos emergentes das autorizações; (b) cessão e vinculação parcial dos direitos creditórios (recebíveis); (c) penhor de 599 ações ordinárias (63,75%) da Companhia detidas pela Global Participações em Energia S.A.; (d) autorização para distribuição de dividendos, exceto os obrigatórios; (e) alienação fiduciária das máquinas e dos equipamentos; (f) hipoteca do terreno e suas benfeitorias onde fica localizada a termoeletrica; (g) fundo de liquidez em conta reserva; e (h) aval corporativo da Global Participações em Energia S.A.

Os contratos também incluem cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento de "performance" de índices periódicos, sob condição de antecipação do vencimento da dívida em caso de descumprimento dos "covenants".

<u>Cláusula restritiva - "covenant"</u>	<u>Índice requerido</u>
Depósito bancário vinculado ao contrato	Valor mínimo de R\$6.365

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia cumpriu todas as cláusulas restritivas ("covenants") financeiras e não financeiras.

15. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
CSLL - Contribuição Social	395	14
INSS serviços de terceiros	50	78
PIS - Programa de integração social	42	75
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	200	358
IRRF serviços de terceiros	7	7
PIS/COFINS/CSLL retidos	41	54
ICMS e DIFAL	30	1
Parcelamentos tributários	1.284	4.288
Outros tributos a recolher	<u>42</u>	<u>57</u>
Total	<u>2.091</u>	<u>4.932</u>
Circulante	2.091	3.352
Não circulante	-	<u>1.580</u>
Total	<u>2.091</u>	<u>4.932</u>

Em 14 de novembro de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, por meio da opção IV, pela qual efetuará a quitação da dívida tributária da seguinte forma: 24% do saldo a pagar por meio de desembolso de caixa parcelado em 24 vezes, com pagamentos mensais, e os 76% remanescente por meio de compensação de prejuízo fiscal e base negativa.

O prejuízo fiscal e base negativa utilizados para quitação da mencionada dívida foram adquiridos, com deságio, de outras Companhias do Grupo Global Participações em Energia S.A. O ganho total em função do deságio na aquisição, no montante total de R\$6.258, foi reconhecido no resultado financeiro. Os efeitos patrimoniais estão demonstrados abaixo:

Reconhecimento da dívida	22.569
Amortização da dívida com prejuízos fiscais e base negativa	(17.152)
Pagamentos	(1.129)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.288
Pagamentos	(3.004)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.284

16. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2018	2017
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	5.928	6.978
Água Limpa Energia S.A. (i)	1.282	1.542
Areia Energia S.A. (i)	1.075	1.294
Global Participação em Energia S.A. (i)	3.509	5.370
TEP Termoeletrica Potiguar S.A. (i)	2.234	2.688
Petrobras (ii)	6.962	9.419
Outras	1	2
Total	20.991	27.293
Circulante	4.578	8.822
Não circulante	16.413	18.471
Total	20.991	27.293

(i) Contas a pagar em razão da compra de prejuízos fiscais, ver nota explicativa nº 10.

(ii) Contas a pagar em razão da compra de 20% do capital da Companhia Energética Potiguar pertencente à Petrobras (ver nota explicativa nº 1).

17. PROVISÃO PARA RISCO TRABALHISTA

A Companhia está exposta a contingências de natureza cível, trabalhista e fiscal decorrentes do curso normal dos negócios. A política de provisões adotada considera as chances de perda nas ações. Quando o risco de perda é provável é feito provisionamento de 100% do valor devido nessas ações, conforme avaliação da Administração e de seus assessores jurídicos.

Em relação ao saldo de R\$405, refere-se a uma provisão de um processo administrativo junto à Receita Federal, sobre INSS retido de serviço contratado de terceiros.

De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, não há expectativas de perdas prováveis nas diversas demandas judiciais; desta forma, nenhuma provisão para perdas foi constituída. Com relação às causas de natureza ativa, em que a Companhia é autora da ação, há duas causas com probabilidades de êxito possíveis, movidas contra o fornecedor Caterpillar Inc., com valor de causa estimado em US\$75.000, referente à reparação de danos causados por motogeradores comprados pela Companhia, e contra o Conselho Nacional de Política Energética, com valor de causa estimado em R\$12.000, referente aos artigos 2º e 3º da Resolução nº 03/13 desse órgão, as quais não estão registradas nas demonstrações financeiras.

Depósito judicial

Trata-se de ação ordinária com pedido de antecipação de tutela ajuizada pela Companhia, contra Afinco Abilio Felix Incorporações e Construções Ltda., cuja discussão se assenta sobre os termos do contrato de locação de imóvel com opção de compra firmado entre as partes. A demanda tem o propósito de adjudicar o bem locado em favor da autora, em face do exercício do direito de opção de compra, mediante pagamento do preço, nos termos do contrato entabulado pelas partes.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social subscrito e integralizado da Companhia no montante de R\$47.102 (R\$30.004 em 2017) está representado por 37.555 (30.004 em 2017) ações ordinárias, sem valor nominal, e está distribuído da seguinte forma:

2018	
Quantidade de ações	%
33.423.702	89%
3.755.472	10%
375.547	1%
37.554.721	100%
2017	
Quantidade de ações	%
26.703.204	89%
3.000.360	10%
300.036	1%
30.003.600	100%

Capital social

Em 31 de julho de 2018, através de Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas ("AGE") o capital social da Companhia foi aumentado com a utilização de adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$18.494 (R\$18.905, em 2017).

Em 5 de novembro de 2018, através de nova AGE, foi aprovado a redução no capital social da Companhia, através de resgate de ações preferenciais no, montante de R\$1.396.

Em 31 de março de 2017, o capital social da Companhia foi aumentado com a utilização de reservas de incentivos fiscais no montante de R\$18.905.

Em 28 de abril de 2017, a Companhia incorporou a sua holding por meio de Ata registrada, aumentando seu capital social em R\$4, sua reserva legal em R\$1, diminuindo sua reserva de lucros retidos em R\$19.290, reserva de incentivo fiscal em R\$1 e adicionando a participação de outros acionistas.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. Os acionistas terão direito de receber dividendos obrigatórios de 25% do lucro líquido, calculado e ajustado nos termos da legislação societária.

Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2018, foi constituída uma reserva legal de R\$1.112 (R\$207, em 2017), totalizando R\$3.539 (R\$2.427, em 2017).

Incentivo fiscal

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía reserva de incentivo fiscal do imposto de renda registrada no montante de R\$41.466 (R\$22.613, em 2017) e o reconhecimento do incentivo fiscal utilizado no ano no montante de R\$6.723 (R\$786, em 2017).

Excesso de reservas de lucros

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui saldo de reservas de lucros superior ao capital social em aproximadamente R\$4.832 mil. A destinação desse excesso, seja por integralização de capital social ou por distribuição de dividendos adicionais, será deliberada pela assembleia geral de acionistas.

Lucro por ações

O lucro básico diluído por lote de mil ações, dar-se-á da seguinte forma:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício	28.965	4.124
Quantidade de ação por lote de mil	<u>37.555</u>	<u>30.004</u>
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$	<u>0,771</u>	<u>0,137</u>

Dividendos

A Companhia outorga aos seus acionistas o direito ao recebimento a cada exercício de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual calculado e ajustado nos termos da legislação societária, ajustado da seguinte forma:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício	28.965	3.184
Reservas	(7.835)	(993)
Base para dividendos	<u>21.130</u>	<u>2.191</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<u>5.283</u>	<u>548</u>

Em 10 de janeiro de 2018, a Administração aprovou em Reunião do Conselho de Administração, a distribuição de R\$618 (R\$0,02 por lote de mil ações), referentes a lucros a distribuir de exercícios anteriores, os quais foram totalmente distribuídos.

Em 5 de novembro de 2018, a Administração aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de R\$8.650 (R\$0,23 por lote de mil ações) referentes a lucros a distribuir de exercícios anteriores, os quais foram distribuídos parcialmente no montante de R\$4.062, restando um saldo a distribuir de R\$5.206.

Em 27 de dezembro de 2018, a Administração aprovou, em Reunião do Conselho de Administração, a distribuição de R\$5.621 (R\$0,15 por lote de mil ações), referentes a juros sobre capital próprio a distribuir, com retenção de imposto retido na fonte de R\$843, os quais não foram distribuídos.

Em 13 de fevereiro de 2017, a Administração aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de R\$39.383 (R\$33,52 por lote de mil ações), referentes a lucros a distribuir de exercícios anteriores, os quais foram totalmente distribuídos.

Em 13 de novembro de 2017, a Administração aprovou, em Reunião do Conselho de Administração, a distribuição de R\$4.566 (R\$0,15 por lote de mil ações) referentes a lucros a distribuir de exercícios anteriores, os quais foram totalmente distribuídos.

Em 14 de fevereiro de 2017, em Reunião do Conselho de Administração da CEPP, foi deliberado adiantamento a acionistas no valor de R\$6.777. Após a incorporação da CEPP pela Companhia, esse montante foi liquidado em contrapartida do patrimônio líquido.

Um resumo da movimentação da distribuição de dividendos em 2018 está apresentado a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.463
Dividendos propostos	50.726
Dividendos pagos	(51.680)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	509
Dividendos propostos	9.268
Juros sobre capital próprio	5.621
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio	(843)
Dividendos pagos	(4.571)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	9.984

19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2018	2017
Receita de venda de energia	91.706	90.102
Deduções de venda:		
PIS	(1.525)	(1.557)
COFINS	(7.026)	(7.174)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	(824)	(810)
Total	82.331	80.561

20. CUSTOS/DESPESAS POR NATUREZA

	2018	2017
Custos e despesas com pessoal e administradores	(3.502)	(5.299)
Depreciação e amortização	(4.827)	(3.868)
Custo de utilização do sistema de distribuição	(6.519)	(4.830)
Custos com manutenção e operação	(37.568)	(38.163)
Arrendamentos e aluguéis	(252)	(171)
Custos e despesas com seguros	(239)	(628)

	2018	2017
Despesas com viagens e comunicações	(320)	(247)
Serviços de terceiros	(1.101)	(1.111)
Assessoria e consultoria	(1.682)	(4.665)
Tributos	907	(10.257)
Outras despesas	(264)	(1.652)
Total	<u>(55.367)</u>	<u>(70.891)</u>
Classificados como:		
Custos de operação e manutenção	(48.991)	(48.662)
Despesas gerais e administrativas	(5.191)	(20.142)
Honorários dos Administradores	(1.199)	(2.110)
Outras receitas operacionais, líquidas	14	23
Total	<u>(55.367)</u>	<u>(70.891)</u>

21. RESULTADO FINANCEIRO

	2018	2017
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimento de aplicações financeiras	488	1.048
Juros recebidos sobre contrato de mútuo	5.576	7.577
PIS e COFINS sobre receita financeira	(297)	(742)
Deságio na compra de créditos tributários	-	6.258
Outras receitas financeiras	316	1.011
Subtotal	<u>6.083</u>	<u>15.152</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	(5.595)	(8.865)
Amortização de custo de captação	(734)	(294)
Juros sobre contrato de mútuo	(2.348)	(1.806)
Outras despesas financeiras	968	(9.298)
Subtotal	<u>(7.709)</u>	<u>(20.263)</u>
Total	<u>(1.626)</u>	<u>(5.111)</u>

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Nos exercícios de 2018 e de 2017, a Companhia adotou o regime de lucro real para apuração do IRPJ e da CSLL. A conciliação da despesa de IRPJ e CSLL, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estão demonstrados a seguir:

	2018	2017
-		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	25.337	4.559
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal (34%)	(8.615)	(1.550)
Diferenças temporárias e permanentes:		
Adições	(603)	(98)
Exclusões	2.526	306
Compensação de base negativa e prejuízo fiscal	2.015	-
Subtotal	<u>(4.677)</u>	<u>(1.342)</u>
Incentivos fiscais do imposto de renda	6.723	121
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.582	786
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>3.628</u>	<u>(435)</u>

23. SEGUROS

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas de seguro compatíveis com o seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía contratos com as seguintes coberturas de seguros:

<u>Abrangência</u>	<u>Cobertura</u>	<u>Importância segurada</u>	<u>Vencimento</u>
Danos materiais	Subestação, sala de controle, linha de transmissão, tancagem de óleos e "power house" 1 e 2	121.174	14/05/2020
Responsabilidade civil de administradores e Diretores (D&O)	Indisponibilidade de bens e penhora online, cobertura para fiança, lesões corporais ou danos materiais	15.000	27/07/2019

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia apresenta exposição a risco advindo de instrumentos financeiros não derivativos. De acordo com as práticas contábeis adotadas, apresenta exposição aos seguintes riscos advindos dos ativos e passivos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

Gestão do capital social - o capital social é dividido em ações ordinárias pertencentes a dois acionistas, representados por pessoas jurídicas. O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor dos acionistas.

Estrutura de gerenciamento de risco - a Administração tem a responsabilidade pelo estabelecimento e pela supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos. As operações da Companhia estão sujeitas, aos fatores de risco a seguir mencionados, porém não são por eles afetadas.

Risco de crédito - decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias dos recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esse risco, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes e o acompanhamento das posições em aberto. Apesar de haver concentração de contas a receber e receitas decorrentes de clientes, a Companhia entende que não existem riscos de inadimplência por parte destes clientes. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de "rating".

Risco de liquidez - decorre de eventual dificuldade em a Companhia cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamento à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir suas obrigações que vencerem sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de afetar a reputação da Companhia. A previsão de fluxo de caixa é preparada, e são monitoradas as previsões de contínuas exigências de liquidez. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida e de geração de caixa da Companhia, o que garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período mínimo de 60 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o efeito potencial de circunstâncias externas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos, com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a estes tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Estas cláusulas restritivas são monitoradas adequadamente e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

Risco de mercado - decorre de alterações nos preços de mercado, referentes a taxas de juros, que têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar as exposições a esse tipo de risco, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

Taxa de juros - decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações oriundas das taxas de juros ou indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado ou diminuam as receitas financeiras relativas às aplicações financeiras da Companhia. Visando mitigar este tipo de risco, a Companhia vem negociando os empréstimos e financiamentos correntes com o objetivo de obter taxas de juros de longo prazo condizentes com o retorno esperado do negócio e centralizando seus investimentos em operações com taxa de rentabilidade que acompanha a variação próxima do CDI e fundos de renda fixa.

Quanto à escassez de combustível - a Companhia possui contrato de promessa de compra e venda mercantil firmado com a Petrobras Distribuidora S.A., em caráter de exclusividade, com vigência igual à dos contratos de fornecimento de energia, até 31 de dezembro de 2023. Conforme estabelecido em contrato, a Petrobras Distribuidora S.A. assegura o fornecimento de combustível na quantidade necessária para garantir a geração de energia de forma continuada, em caso de despacho pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, sujeitando-se à penalidade (multa) na hipótese de não atendimento do volume requisitado.

A tabela a seguir analisa os ativos e passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

	2019	2020	2021	2022	2023 em diante	Total
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	3.573	-	-	-	-	3.573
Depósitos bancários vinculados	-	-	-	-	6.406	6.406
Contas a receber de clientes	24.774	-	-	-	-	24.774
Outras contas a receber	2.581	-	-	-	-	2.581
Total	30.928	-	-	-	6.406	37.334

	2019	2020	2021	2022	2023 em diante	Total
Passivos financeiros						
Fornecedores	17.477	-	-	-	-	17.477
Empréstimos e financiamentos	25.563	-	2.018	2.018	20.189	49.788
Dividendos a pagar	9.984	-	-	-	-	9.984
Obrigações trabalhistas e sociais	742	-	-	-	-	742
Obrigações tributárias	2.091	-	-	-	-	2.091
Outras contas a pagar	4.578	-	-	-	16.413	20.991
Total	60.435	-	2.018	2.018	36.602	101.073

Análise de sensibilidade de variação nas taxas de juros

Para efeito de análise de sensibilidade e utilizando os saldos de aplicações financeiras, de empréstimos e financiamentos e a receita de venda em 31 de dezembro de 2018, a Companhia oferece o cenário I (provável) a partir das expectativas de mercado para a média na taxa básica de juros em 2018. Na projeção do cenário II (possível), esta média foi aumentada em 25%, e para o cenário III (remoto), aumentada em 50%.

Modalidade	Risco	Cenário				Saldo		
		Provável I	Possível II	Remoto III	Contábil	Provável I	Possível II	Remoto III
		(*)	25%	50%			25%	50%
Passivo - Empréstimos e financiamentos								
Banco BBM	Alta do CDI	6,4%	8,00%	9,60%	(5.065)	(5.389)	(5.470)	(5.551)
Banco BBM - Debêntures	Alta do CDI	6,4%	8,00%	9,60%	(15.000)	(15.960)	(16.200)	(16.440)
	Total empréstimos e financiamentos				(20.065)	(21.349)	(21.670)	(21.991)
Ativo - Aplicações financeiras								
Banco Santander S.A.	Baixa do CDI	6,4%	4,80%	3,20%	7	7	7	7
Banco BBM	Baixa do CDI	6,4%	4,80%	3,20%	1	1	1	1
Banco Itaú	Baixa do CDI	6,4%	4,80%	3,20%	2.156	2.294	2.259	2.225
Banco do Nordeste do Brasil - BNB	Baixa do CDI	6,4%	4,80%	3,20%	1.402	1.492	1.469	1.447
Banco Bradesco S.A.	Baixa do CDI	6,4%	4,80%	3,20%	6	6	6	6
	Total aplicações financeiras				3.572	3.800	3.742	3.686
Ativo - Depósitos bancários vinculados								
Banco do Nordeste do Brasil - BNB	Baixa do CDI	6,4%	4,80%	3,20%	6.406	6.816	6.713	6.611
Banco Itaú	Baixa do CDI	6,4%	4,80%	3,20%	-	-	-	-
	Total depósitos bancários vinculados				6.406	6.816	6.713	6.611
Receita								
Receita de venda	Baixa do IPCA	3,7%	2,78%	1,85%	91.706	95.099	94.251	93.403
	Total receita				91.706	95.099	94.251	93.403
	Total líquido				75.213	77.550	76.323	75.098
* Fonte: Banco Santander					Efeito no patrimônio líquido	-	2.337	1.110
								(115)

Instrumentos financeiros derivativos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Companhia, por política, não utilizou instrumentos financeiros derivativos; desta forma, não identificou nenhum risco decorrente de uma eventual exposição associada a estes instrumentos.

25. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía contratos de longo prazo firmados no montante mensal de R\$1.262, relacionados com:

- Contrato de Uso do Sistema de Distribuição - CUSD (R\$589), com vigência até o fim da autorização de operação das usinas.
- Contrato de Operação e Manutenção e Engenharia (R\$673), com vigência até 1º de janeiro de 2024.

Os contratos da Companhia para aquisição de óleo diesel com a Petrobras Distribuidora S.A. não têm valor fixo, pois só há desembolsos (custo variável) caso ocorra geração/despacho de energia para o sistema elétrico, e têm vigência até 31 de dezembro de 2023.

26. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As principais transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa estão descritas a seguir:

Exercício de 2018

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$9.090.

Exercício de 2017

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$5.969.
- Compensação de transações de partes relacionadas com AFAC no montante de R\$18.494.
- Ajustes de incorporação, conforme apresentados na nota explicativa nº 1.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 31 de janeiro de 2019, a Licença de Operação Comercial das UTEs Potiguar e Potiguar III foi prorrogada por tempo indeterminado, por meio do Despacho nº 253/2019 da ANEEL.
